



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## **PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)**

**MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE**

30 de março de 1992

**Prefeito Municipal**

ARI ALVES WOLINGER

**Vice-Prefeito**

RUBENS BERNADO SCHMIDT

**Secretária Municipal de Saúde**

MARIA SALETE LOURENÇO

**Secretário Municipal de Meio Ambiente**

ROBERTO BORELLA

**Secretário Municipal de Infraestrutura**

LUIZ FELIPE RODRIGUES OZÓRIO

**Secretária Municipal de Assistência Social**

MARIA SALETE LOURENÇO

**Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal**

MARCOS DOS SANTOS PEREIRA

**2023**



## 1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	05/09/2023	Aprovação CIR/SC	Ivanice Angela Peccin
Revisão 1	-	-	-
Revisão 2	-	-	-
Revisão 3	-	-	-

## 2. Compartilhamento do plano via e-mail:

Local	Responsável	Nº do Processo
saude@pmpan.sc.gov.br	Ariel Lucas Sandri	001/2023
diap@pmpan.sc.gov.br	Paulo Roberto Ferreira	002/2023
cras.pan@yahoo.com	Fabiana Ribeiro de Souza	003/2023
educapan@pmpan.sc.gov.br	Elaine Cristina Nassif	004/2023
obras@pmpan.sc.gov.br	Luiz Felipe Rodrigues Ozório	005/2023



## 2. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	E-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	MARIA SALETE LOURENÇO	saude@pmpan.sc.gov.br	(49) 3254-1173
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitário)	MARCOS DOS SANTOS PEREIRA	vigilancia@pmpan.sc.gov.br	(49) 3254-1173
Assessor da Vigilância Sanitária	ARIEL LUCAS SANDRI RIBEIRO	gestaosms@pmpan.sc.gov.br	(49) 3254-1173

## 3. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. MARCOS DOS SANTOS PEREIRA
II. ARIEL LUCAS SANDRI RIBEIRO
Colaboradores
I. MARIA SALETE LOURENÇO
II. PAULO ROBERTO FERREIRA
Revisores
I. FABIANA RIBEIRO DE SOUZA
II. FABIANA LOURENÇO



## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>5</b>
<b>1.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>8</b>
<b>2. Marco legal e normativo</b> .....	<b>8</b>
<b>3. Caracterização do Município</b> .....	<b>11</b>
<b>3.1 Aspectos Socioeconômicos</b> .....	<b>11</b>
<b>3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</b> .....	<b>11</b>
<b>3.3 Atividades Econômicas</b> .....	<b>11</b>
<b>3.4 Características físicas</b> .....	<b>11</b>
<b>3.4.1 Clima</b> .....	<b>11</b>
<b>3.4.2 Pluviometria</b> .....	<b>11</b>
<b>3.4.3 Pedologia</b> .....	<b>12</b>
<b>3.5 Hidrografia</b> .....	<b>12</b>
<b>3.6 Saúde</b> .....	<b>12</b>
<b>3.7 Assistência Social</b> .....	<b>12</b>
<b>3.8 Segurança</b> .....	<b>12</b>
<b>3.9 Obras</b> .....	<b>12</b>
<b>4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos</b> .....	<b>13</b>
<b>5. Gestão de Risco em Desastres</b> .....	<b>13</b>
<b>5.1 (Inserir a classificação do desastre, de acordo com o COBRADE)</b> .....	<b>16</b>
<b>5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de inundação, deslizamentos, vendavais e granizo</b> .....	<b>17</b>
<b>5.2.1 Redução de riscos</b> .....	<b>16</b>
<b>5.2.2 Resposta</b> .....	<b>18</b>
<b>5.2.3 Recuperação</b> .....	<b>18</b>
<b>6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.</b> .....	<b>19</b>
<b>6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)</b> .....	<b>19</b>
<b>6.2 Sala de situação</b> .....	<b>20</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

<b>7. Informações à população .....</b>	<b>21</b>
<b>8. Capacitações .....</b>	<b>21</b>
<b>9. Referências .....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo I .....</b>	<b>23</b>
<b>Anexo II .....</b>	<b>23</b>



## **Apresentação**

Em Ponte Alta do Norte, assim como em outros municípios, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural (como as inundações, secas e deslizamentos) e tecnológicos (químicos e radioativos, por exemplo) e de seus impactos humanos (incluindo os impactos sobre a saúde), ambientais e materiais. Paralelamente a esse crescimento, observa-se que o tema dos desastres vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas de governos e da sociedade de modo geral, num esforço de estarmos cada vez mais preparados para reduzir os seus riscos e principalmente os seus impactos.

Os desastres são variados e muitas vezes imprevisíveis, mas sua recorrência ao longo dos anos permite identificar tipos mais frequentes no município e localidades mais afetadas. No entanto, mesmo que possamos identificar e caracterizar os desastres, é importante observar que cada um deles tem uma particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade, ao tamanho da área afetada e às características da população exposta, bem como diferentes condições socioambientais presentes no território, que podem afetar de formas variadas a saúde da população.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo (municipal, estadual e federal), assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro a responder.

O setor saúde tem grande responsabilidade nesse processo, já que os impactos de Preparação e Resposta do Setor Saúde aos Desastres resultam em efeitos diretos (curto, médio e longo prazos) e indiretos sobre a saúde e o bem-estar da população. Desse modo, os desafios são muitos e exigem que o município planeje, prepare, teste e mantenha um plano “vivo” de resposta aos desastres de origem natural ou tecnológica, integrando-o às estratégias já existentes do setor saúde e às lições aprendidas no passado com eventos similares. Esse processo de preparação exige um trabalho contínuo de pesquisa e construção de informações para identificação das áreas vulneráveis e das populações expostas aos riscos de desastres — o que exige combinar dados socioambientais, características da população e de sua situação de saúde, assim como os recursos e as capacidades de respostas envolvendo a prevenção de doenças, a atenção e o cuidado à saúde e a promoção da saúde nessas áreas, definindo localidades vulneráveis.



## **1. Objetivos**

### **1.1 Objetivo Geral**

Realizar um levantamento dos desastres mais frequentes e das vulnerabilidades, com promoção de ações na prevenção de riscos e agravos, que visem assistência e a recuperação em saúde, para os efeitos de curto, médio e longo prazos ocasionados pelos eventos naturais e antrópicos, no Município de Ponte Alta do Norte/SC.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- Levantar informações sobre a ocorrência dos desastres, como tipo e área ou localidade do município;
- Levantar informações sobre a população ou número de pessoas afetadas pelo desastre;
- Prestar apoio no atendimento de saúde para população exposta ao desastre;
- Realizar inspeções sanitárias com orientações em abrigos e/ou alojamentos;
- Efetuar inspeções sanitárias nos locais de ocorrência do desastre para verificar situação de risco para população, proveniente dos resíduos gerados pelo evento;
- Solicitar apoio técnico e operacional de setores do município, regional, estado ou governo federal, na prestação de atendimento à população, afetada pelo desastre.

## **2. Marco legal e normativo**

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde — FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS
- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Portaria nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.



### 3. Caracterização do Município

Neste, citamos:

“[https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_para\\_fins\\_de\\_levantamentos\\_estatisticos/censo\\_de\\_mografico\\_2010/mapas\\_municipais\\_estatisticos/sc/ponte\\_alta\\_do\\_norte\\_v2.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_de_mografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/sc/ponte_alta_do_norte_v2.pdf)”

#### 3.1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Ponte Alta do Norte/SC possui uma área territorial de 400 km<sup>2</sup>, com uma população de colonização italiana e cabocla, estimada em 3.426 pessoas (Fonte: IBGE 2021), sua densidade demográfica é de 8,27 hab/km<sup>2</sup> (Fonte: IBGE 2010).

#### 3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

No município em 2020, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 268 de 295 e 113 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3161 de 5570 e 529 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 44 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 3590 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Quanto a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de - para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.5 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 295 e 116 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 1887 de 5570, respectivamente (Fonte: IBGE 2021).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Santa Catarina [anos], informa: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] 97,9 %; IDEB — Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] 5,9; IDEB — Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] 4,8; Matrículas no ensino fundamental [2021] 463 matrículas; Matrículas no ensino médio [2021] 120 matrículas; Docentes no ensino fundamental [2021] 70 docentes; Docentes no ensino médio [2021] 59 docentes; Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] 4 escolas e Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] 1 escolas.

#### 3.3 Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: Extração de Madeira, Agricultura e Pecuária.



### **3.4 Características físicas**

#### **3.4.1 Clima**

O verão é forte nos meses de janeiro e fevereiro, onde a máxima média chega a 24°C, enquanto o mês mais frio é julho que chega a 8°C a média mínima.

Tais características definem o clima da região como clima subtropical de verão quente, ou Cfa segundo a classificação de Köppen.

#### **3.4.2 Pluviometria**

O Município apresenta níveis pluviométricos variáveis, o verão se apresenta chuvoso e o inverno também, porém menos. O mês onde os níveis pluviométricos são mais elevados é o mês de outubro, enquanto o mais baixo é junho com aproximadamente 110 mm mensais (Instituto Nacional de Meteorologia — INMET/ Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos — CPTEC).

#### **3.4.3 Pedologia e caracterização geomorfológica**

A cidade está implantada e se desenvolve sobre terrenos de duas unidades geológicas bem distintas: os basaltos da Formação Serra Geral, e os sedimentos relacionados às planícies aluviais.

### **3.5 Hidrografia**

Caracteriza-se por ser área de várzea de córrego que atravessa o perímetro urbano do município.

O córrego encontra-se assoreado e é receptor do esgoto de moradias localizadas em suas margens. No limite Sul, o córrego encontra-se parcialmente tubulado. As margens do córrego são ocupadas, em grande parte, por edificações.

A implantação de edificações na área de APP promoveu alterações na drenagem estrangulando-a com aterros e desmatando a faixa marginal, contribuindo para o assoreamento do córrego.



### 3.6 Saúde

O município de Ponte Alta do Norte não possui hospital e nem mesmo Unidades de Atendimento Emergencial 24 horas ao dia. Em horário de expediente busca-se resolver eventuais emergências na própria Unidade de Saúde. No entanto, quando a situação exige maior complexidade no atendimento os pacientes são encaminhados para o Hospital Hélio Anjos Ortiz, localizado em Curitiba/SC.

No horário em que não há expediente na UBS é disponibilizado à população atendimento através de plantão, com veículo, celular e motorista, para ser encaminhado ao hospital de referência ou mais próximo.

O município possui duas unidades de saúde, a unidade de Saúde do Centro e a Unidade de Saúde do Loteamento Pereira.

A Unidade de Saúde Central possui a recepção, 01 sala de eletrocardiograma, 01 farmácia de atenção básica, 01 sala de acolhimento, 01 salas para triagem, 01 sala para enfermeira coordenadora, 01 sala de pequenos procedimentos, 01 sala para coleta de preventivo, 01 sala para epidemiologia, 04 consultórios clínicos, 01 almoxarifado de medicamentos; 01 sala de observação, 01 sala de curativo, 02 sala para consultórios de odontologia, 01 sala de aplicação de medicamentos, 01 sala para lavanderia, 01 banheiro para usuários adaptados para deficientes (masculino e feminino), 01 sala para arquivo morto, 01 copa, 01 sala de esterilização.

A Unidade de Saúde Loteamento Pereira possui a recepção, 02 banheiros masculino e feminino para os usuários, 01 sala de triagem, 03 consultórios clínicos, 01 sala de vacina, 01 sala de reunião e sala da estratégia, 01 sala de meditação, 01 sala para administrativo e sala multiprofissional, 01 expurgo, 01 sala de esterilização, 01 sala de depósito, 01 copa, 01 banheiro para profissionais de saúde, 01 sala de procedimentos, 01 lavanderia.

A Assistência Farmacêutica envolve o acesso aos medicamentos, sendo ação de saúde pública e parte integral do sistema de saúde, estando definida na Política Nacional de Medicamentos. É uma atividade relevante nas ações de saúde, que deve ser contemplada com a adequação da necessidade, segurança, efetividade e qualidade da terapia medicamentosa, promovendo o uso racional dos medicamentos e contribuindo para a melhoria das condições de vida e da saúde de toda a população.

O uso racional de medicamentos ocorre quando o paciente recebe o medicamento apropriado à sua necessidade clínica, na dose e posologia corretas, por um período de tempo adequado e ao menor custo para si e para a comunidade. A Unidade de Saúde Central possui uma farmácia básica com distribuição de medicamentos à população.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **3.7 Assistência Social**

O Departamento de Assistência Social está localizado na Avenida Anercindo da Silva Calomeno, s/n, em Anexo a Unidade Básica de Saúde Central, Bairro São Sebastião, município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina. Na gestão da Assistência Social a Senhora Maria Salete Lourenço, contato de Telefone: (49) 3254-1173 e E-mail: assistenciasocial@pmpam.sc.gov.br.

Os Serviços de Proteção Social Básica têm como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social os Centros de Referência de Assistência Social — CRAS onde são ofertados os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

### **3.8 Segurança**

O município possui na Segurança Pública atualmente uma Delegacia de Polícia Civil e Militar, localizada na Rua 30 de março, nº 159, Bairro Sebastião, Ponte Alta do Norte e Estado de Santa Catarina.

O Delegado de Polícia Civil no município é o Ilmo. Senhor Philipp Duarte, com residência local, contato de E-mail: policia civil.sc.gov.br e Telefone: (49) 3254-1148.

A Polícia Militar, conta com o Sargento Sidnei Maciel Da Cunha no comando do 2ºCRPM/GEC/1ºPel/1 oGP - 1º Grupo, contato de E-mail: gect1p1g@pm.sc.gov.br / 925620@pm.sc.gov.br e Telefone: (49) 3412-3099 / 3412-3098

### **3.9 Obras**

A Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal, encontra-se localizada na Rua Leovegildo José Boaventura, Bairro loteamento Pereira, Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina.

Atualmente possui como Secretário de Obras o Ilmo. Sr. Luiz Felipe Rodrigues Ozório, que atende no contato de Telefone: (49)32541289 e E-mail: obras@pmpam.sc.gov.br.



#### 4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

**Quadro 01- Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.**

<b>Mês /Ano</b>	<b>Classificação do Desastre</b>	<b>Breve relato</b>
Outubro/ 2015	Tempestade Local/Convectiva – Granizo (13213)	Residências com telhado danificado pelo granizo.
Maiio/ 2016	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)	Microexplosão, resultando em vendaval, causando um desastre de grande magnitude na área urbana e rural do município, devastando áreas de reflorestamento, agrícola, pecuária, bem como danos materiais em residências de forma parcial, e outras foram totalmente destruídas.
Outubro/ 2019	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)	Vento com duração de poucos minutos, forte suficiente pra causar destelamento.
Janeiro/ 2020	Enxurrada (12200)	Enxurrada com alagamentos de vias públicas, causando transbordamento do córrego que atingiu residências.
Março/ 2020	Doenças infecciosas virais (15110)	Pandemia (COVID).



Junho/ 2020	Estiagem (14110)	Baixa ocorrência de chuvas no município.
Junho/ 2020	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)	Rajadas de ventos fortes em torno de 70 km/h.
Setembro/ 2020	Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213)	Chuva com granizo, que danificou 604 residências, 13 instalações públicas, 11 comércios e 09 indústrias.
Abril / 2021	Doenças infecciosas virais (15110)	Pandemia (COVID).
Setembro/ 2021	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)	Chuva torrencial com ventos fortes.
Março / 2022	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)	Destelhamento de casas, seguido de inundações.
Junho / 2022	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)	Chuva forte, seguida de vendaval e granizo.

## 5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres (Quadro 02).

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o Marcos dos Santos Pereira, alocado na Vigilância Sanitária.



**Quadro 02 - Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.**

<b>Etapa</b>	<b>Fase</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Redução</b>  Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
<b>Manejo</b>  Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
<b>Recuperação</b>  Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecer, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.





Etapa	Fase	Objetivo
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS.

### 5.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE

TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE
Deslizamentos	Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras	1.1.3.2.1
Frentes frias/Zonas de convergência	-	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem.	1.3.1.2.0
Tempestade local/Convectiva	Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo	1.3.2.1.3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tempestade local/Convectiva	Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4
Tempestade local/Convectiva	Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5
Onda de frio	Friagem	Período de tempo que dura, no mínimo, de três a quatro dias, e os valores de temperatura mínima do ar ficam abaixo dos valores esperados para determinada região em um período do ano.	1.3.3.2.1
Onda de frio	Geadas	Formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta.	1.3.3.2.2
Estiagem	-	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0
Baixa umidade do ar	-	Queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.	1.4.1.4.0
Doenças infecciosas virais	-	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0
Transporte rodoviário	-	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal rodoviário	2.2.4.1.0



## **5.2 Atuação de gestão do risco na ocorrência de inundação, deslizamentos, vendavais e granizo.**

Inundações, eventualmente, enxurradas, em áreas planas, decorrente do transbordamento a que é sujeito um pequeno córrego que passa pela cidade, inundação que já afetou algumas moradias;

Deslizamentos e risco de queda/rolamento de blocos, algumas moradias que se encontram sujeitas a serem afetadas por erosão ou por pequenos deslizamentos, por terem sido edificadas encostadas ou então muito próximas de taludes de corte, nos quais se encontram expostos solos residuais de basaltos, com indícios de serem expansivos e com processo de desestabilização já instalados.

O município pelas características de seu relevo, estar suscetível a tempestades, expondo as edificações a ventos fortes (vendavais) e granizo, podendo danificar estruturas, conseqüentemente gerando perigo as pessoas e danos ao patrimônio.

### **5.2.1 Redução de riscos**

<b>Redução de riscos</b>	<b>Ações</b>	<b>Coordenadores/Responsáveis</b>
<b>Prevenção</b>	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	- Marcos S. Pereira (VISA) - Paulo R. Ferreira (DC)



<b>Redução de riscos</b>	<b>Ações</b>	<b>Coordenadores/Responsáveis</b>
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	- Marcos S. Pereira (VISA) - Ariel Lucas Sandri (SMS)
<b>Mitigação</b>	Controle de queimadas em áreas urbanas e rurais.	- Roberto Borella (SMA) - Luiz Felipe R. Ozório (SMO)
	Cuidados com resíduos sólidos (lixo).	- Roberto Borella (SMA) - Luiz Felipe R. Ozório (SMO)
	Dimensionamento para drenagem de águas pluviais	- Luiz Felipe R. Ozório (SMO)
	Acompanhar previsões de ocorrência de eventos adversos, tais como chuvas intensas, vendaval, granizo, entre outros.	- Marcos S. Pereira (VISA) - Paulo R. Ferreira (DC)
	Verificar a ocorrência de agravos causados por doenças contagiosas.	- Maria Salete Lourenço (SMS) - Marcos S. Pereira (VISA)
<b>Preparação</b>	Limpeza urbana de vias públicas	- Roberto Borella (SMA) - Luiz Felipe R. Ozório (SMO)



<b>Redução de riscos</b>	<b>Ações</b>	<b>Coordenadores/Responsáveis</b>
	Substituição de tubulações para comportar o volume de água pluviais	- Luiz Felipe R. Ozório (SMO)
	- Informar entidades e a população sobre as previsões de ocorrência de eventos adversos, tais como chuvas intensas, vendaval, granizo, friagem, entre outros.  - Realizar palestras em instituições de ensino.	- Marcos S. Pereira (VISA)  - Roberto Borella (SMA)
	Informar a população sobre os cuidados diante de agravos causados por doenças contagiosas.	- Maria Salete Lourenço (SMS)  - Marcos S. Pereira (VISA)

### 5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

<b>Níveis de resposta</b>	<b>Ações</b>	<b>Coordenadores/Responsáveis</b>
<b>ESPIL</b>	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	- Marcos S. Pereira (VISA)
	Resposta ao atendimento de saúde.	- Maria Salete Lourenço (SMS)  - Ariel Lucas Sandri (SMS)



	Resposta de obras e meio ambiente.	- Roberto Borella (SMA)  - Luiz Felipe R. Ozório (SMO)
--	------------------------------------	--

### 5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Ajuda humanitária	- Paulo R. Ferreira (DC)  - Fabiana R. Souza (SAS)
	Infraestrutura	- Luiz Felipe R. Ozório (SMO)  - Paulo R. Ferreira (DC)
	Atendimento médico e ou hospitalar	- Maria S. Lourenço (SAS)  - Ariel Sandri Ribeiro (SMS)

## 6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

### 6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN e ESPII).



## 6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes (Quadro 03) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

### Quadro 03 - Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	E-mail
Maria Salete Lourenço	(49) 32541173	saude@pmpan.sc.gov.br
Ariel Lucas Sandri Ribeiro	(49)32541173	gestaosms@pmpan.sc.gov.br

## 7. Informações à população

Os alertas antecipados ocorrem por meio de SMS emitidos pela Defesa Civil sobre eventos adversos, ainda utiliza-se dos meios de comunicação da prefeitura municipal (redes sociais e site oficial) para disseminação de informes e instruções à população das doenças e agravos à saúde por ocorrência de desastres.

## 8. Capacitações

Capacitação conforme cronograma disponibilizado pelo governo do estado de Santa Catarina e ou governo federal.

## 9. Referências

Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil – Ano 2019.

Plano Municipal de Assistência Social – Ponte Alta do Norte/SC – Ano 2022-2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano Municipal de Saúde – Ponte Alta do Norte/SC – Ano 2022-2025.

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo – Ponte Alta do Norte/SC – Ano 2022.

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – Ponte Alta do Norte/SC – Ano 2022.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Ponte Alta do Norte/SC – Ano 2022.

Delegacia de Polícia Civil e Militar - 2ºCRPM/GEC/1ºPel/1 oGP - 1º Grupo - Ponte Alta do Norte/SC — Ano 2022.

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc>

<https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/>

<https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>

<http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt>

<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Risco-Geologico-5390.html>

[https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib\\_top/DHRI/bacias\\_hidrograficas/bacias\\_hidrograficas\\_sc.pdf](https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf)

<http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>

<http://www.ensp.fiocruz.br/portalinsp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF>

<http://www.ensp.fiocruz.br/portalinsp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF>

[https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN\\_cTklo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view](https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTklo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view)





### Anexo I

#### Lista de equipamentos e máquinas

<b>Equipamento/ Máquina</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Localização</b>
Caminhão caçamba	05	Secretaria de Obras
Retro escavadeira	02	Secretaria de Obras
Trator	02	Secretaria de Obras
Fiat Strada	01	Secretaria de Obras

### Anexo II

#### Contatos interinstitucionais

<b>Instituições</b>	<b>Nome</b>	<b>Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)</b>
Prefeitura Municipal	Antonio Carlos Brocardo	(49) 32541171/991743548
Coordenadora Defesa Civil	Paulo Roberto Ferreira	(49) 32541171/999626160
Secretaria Mun. Obras	Luiz Felipe R. Ozório	(49) 32541289
Secretaria Mun. Obras	Roberto Borella	(49) 32541675
Secretaria Mun. Saúde	Maria Salete Lourenço	(49) 32541173/991504500
Setor de Assistência Social	Fabiana Ribeiro de Souza	(49) 32541173/991494991
Secretaria Mun. Educação	Elaine Cristina Nassif	(49) 32541171/920006245
Setor de Habitação	Nilseu Thibes	(49) 32541171/999324932
Setor Jurídico	Mario Cesar Penteado	(49) 32541171/999669604